

CARTÓRIO NOTARIAL

NOTÁRIA

Cristina Castro Fragoso

NIF: 160 294 444

Quinta do Património, Rua S. G. Sacavenense, n.º 16-B - 16-C

Tel.: 219 491 910 - Fax: 219 491 919 - 2685-011 SACAVÉM

CERTIFICA

- ☒ - Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original, que contém cinco folha(s), as quais têm aposto o selo branco deste Cartório, estão todas numeradas e por mim rubricadas.
- ☐ - Que foi extraída neste Cartório do testamento lavrado de folhas _____ a folhas _____ do livro de Notas para Testamentos Públicos e Escrituras de Revogação de Testamentos Números _____.
- ☒ - Que foi extraída neste Cartório da escritura lavrada de folhas sete a folhas quinze do livro de Notas para escrituras diversas número centa e trinta e três. A e doc. complementar Anexo
- ☐ - Que foi extraída do documento arquivado sob o número _____ a folhas _____ do maço respeitante aos documentos arquivados a pedido das partes, do ano de _____.
- ☐ - Que foi extraída do documento arquivado sob o número _____ como parte integrante da escritura lavrada a folhas _____ do respectivo Livro de Notas Número _____.
- ☐ - Que foi extraída do documento arquivado sob o número _____ a folhas _____ do maço respeitante a procurações lavradas nos termos do artigo cento e dezasseis do Código do Notariado, do ano de _____.

Sacavém, aos dois de Junho
de dois mil e quinze

O Adjunto autorizado,
nos termos do artigo 8.º, DL. 26/2004 de 4 de Fevereiro

Conta:

Art.º 10.º, N.º 7, al. a) € _____
Art.º 10.º, N.º 7, al. b) € _____
I.V.A. _____ % € _____
_____ € _____
_____ € _____
_____ € _____

Total € _____
São € foi emitido recibo -

Registada sob o n.º 2048 em 02/06/2015

Nuno Silva, trabalhador n.º 13813
com autorização da notária Cristina Castro
Fragoso, publicitada em 31.01.2014 no sítio
www.notarios.pt

CARTÓRIO
Cristina Castro Fragoso
Livro 133A
Fls. 12
J. C.

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

____ No dia dois de junho de dois mil e quinze no Cartório Notarial da notária de Moscavide Maria Cristina Castro de Vilhena Fragoso, sito na Quinta do Património, Rua Sport Grupo Sacavenense, números dezasseis-B e dezasseis-C, em Sacavém, concelho de Loures, perante mim, a Notária, compareceu como outorgante: _____

____ Virgínia da Conceição Martins dos Santos Lopes, casada, como declarou, natural da freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra, como declarou, residente na Rua Almeida Garrett, lote 926, Bairro da Fraternidade, no concelho de Loures, 2695-574 S. João da Talha, portadora do cartão de cidadão 06932479, válido até 09/12/2019 e emitido pela República Portuguesa, _____

____ que outorga como Presidente da Direção, e em representação da "Comissão de Melhoramentos do Esteiro", com sede no lugar de Esteiro, na freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra, _____

que foi fundada em janeiro de mil novecentos e cinquenta e dois e que foi constituída como pessoa coletiva com o NIPC 900 261 250, por escritura pública de dezasseis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, exarada com início a folha quarenta e um verso do livro vinte e cinco-A do Cartório Notarial de Pampilhosa da Serra, _____

____ qualidade e poderes que comprova com o auto da tomada de posse do dia quinze de agosto de dois mil e treze, e ainda com uma deliberação da assembleia geral do dia trinta de maio de dois mil e quinze, que consta da ata número trinta e três, de que arquivo públicas-formas sob o número 21 e sob o número 22. _____

1 _____ Verifiquei a identidade da outorgante em face do seu referido cartão de
2 cidadão, que exibiu. _____

3 _____ Pela outorgante foi dito: _____

4 _____ Que ao abrigo da referida deliberação da assembleia geral do dia trinta
5 de maio de dois mil e quinze, que consta da ata número trinta e três, constitui
6 uma associação com a denominação "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS
7 DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO", com sede na Casa de Convívio, no lugar de
8 Esteiro, na freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra, com
9 o NIPC 513 523 618, _____

10 que é designada abreviadamente por C.M.E., com o objecto: _____

11 -promover melhorias para proporcionar o bem-estar dos seus habitantes e
12 promover o seu interesse nas áreas do recreio, cultura, educação e desporto, para
13 o que esta associação se propõe: _____

14 -promover a solidariedade ou a boa união entre os habitantes do Esteiro;
15 esclarecer, informar e colaborar com os organismos oficiais, designadamente,
16 a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e todos os organismos locais, para
17 que haja um melhor conhecimento das carências do Esteiro e diligenciar
18 junto de todas as entidades oficiais, com as quais colaborará, para a resolução
19 de problemas dos seus habitantes, sendo que todas as atividades que, no
20 âmbito desta associação, sejam desenvolvidas e realizadas, são do interesse
21 coletivo, de todos os seus associados, mesmo daqueles que nelas não
22 participem. Para a realização dos seus fins, poderá estabelecer relações com
23 outros organismos nacionais ou internacionais, com eles acordando todas as
24 formas de cooperação. _____

25 _____ Que os estatutos desta associação constam de um documento

CARTÓRIO
Cristina Castro Fragoso
Livro 133A
Fls. 14
<i>[Signature]</i>

1 complementar, que fica anexo a esta escritura, elaborado nos termos do
2 número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, composto
3 por dezasseis artigos, numerados de artigo primeiro a artigo décimo sexto, de
4 que eles outorgantes dispensam a sua leitura por me terem declarado
5 conhecer perfeitamente o seu conteúdo. _____

6 _____ Que, para esta associação, "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS
7 DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO", que agora é constituída, é transferido todo o
8 património da pessoa coletiva "Comissão de Melhoramentos do Esteiro", que
9 agora é dissolvida, com sede no lugar de Esteiro, na freguesia de Janeiro de
10 Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra, que tem o NIPC 900261250, que
11 vai ser cancelado, que foi fundada em Janeiro de mil novecentos e cinquenta
12 e dois e que foi constituída como pessoa coletiva com o NIPC 900 261 250,
13 por escritura pública de dezasseis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e
14 três, exarada com início a folha quarenta e um verso do livro vinte e cinco-A
15 do Cartório Notarial de Pampilhosa da Serra, _____

16 sendo transferidos para a associação agora constituída todos os ativos
17 daquela "Comissão de Melhoramentos do Esteiro", dos quais faz parte o
18 prédio urbano situado no lugar de Esteiro, na freguesia de Janeiro de Baixo,
19 concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na respetiva matriz sob o artigo
20 mil trezentos e quarenta e cinco e o prédio rústico sito ou designado Outão,
21 situado na freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra,
22 inscrito na respetiva matriz sob o artigo o artigo oito mil duzentos e noventa
23 e dois, ambos inscritos na matriz da freguesia de Janeiro de Baixo e concelho
24 de Pampilhosa da Serra e ainda todos os restantes imóveis e todos os móveis
25 e todo o passivo dessa "Comissão de Melhoramentos do Esteiro". _____

1 _____ Assim o outorgou. _____
2 _____ Por a outorgante ter reclamado a sua intervenção, comparecem nesta
3 escritura, como testemunhas instrumentárias: _____
4 _____ Vítor Manuel Barata Pereira, casado, como declarou, residente na
5 Avenida Maria Lamas, nº 29, 2º andar direito, em Serra das Minas, no
6 concelho de Sintra, portador do cartão de cidadão 02600374, válido até
7 03/03/2016 e emitido pela República Portuguesa, e _____
8 _____ Augusto Mateus da Silva Fonte, casado, residente na Rua 1º de
9 Maio, nº 40-A, 1º. em S. João da Talha, concelho de Loures, 2695-728 São
10 João da Talha, portador do bilhete de identidade 1902205, de 04/02/2008,
11 emitido pelos S.I.C. de Lisboa, _____
12 _____ cujas identidades verifiquei pelos seus respetivos cartão de cidadão
13 e bilhete de identidade, que exibiram. _____
14 _____ Foi exibido: _____
15 _____ certificado de admissibilidade da denominação da associação agora
16 constituída, com o NIPC 513 523 618, com o número 2015018748, com o
17 código 0481-1082-3561, _____
18 emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas em 22/04/2015 e válido até
19 22/07/2015. _____
20 _____ Arquivo sob o nº 23: _____
21 _____ o referido documento completar elaborado nos termos do número dois
22 do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, de que eles outorgantes
23 dispensam a sua leitura por me terem declarado conhecer perfeitamente o seu
24 conteúdo. _____
25 _____ Li esta escritura à outorgante e à mesma expliquei o seu conteúdo. _____

CARTÓRIO	
Cristina Castro Fagoso	
Livro	133A
Fls.	15
Jag.	

3

- 1 . Virgínia Santos Lobo
- 2 . Vitor Manuel Barata Pereira
- 3 . Augusto Mateus da Silva Fontes
- 4 . Anabela,
- 5 . Maria Cristina Castro da Silveira Fagoso
- 6 . Carta notada de sob o nº 2048 Def.
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

Doc. N.º 23 Ms.
Livro N.º 133A Fl. 13
21/6/2015

V.ª J.ª - 100/10
A.ª J.ª
J.ª J.ª

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante da escritura de constituição da "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO", exarada com início a folha treze do livro cento e trinta e três-A do Cartório Notarial da Notária no concelho de Loures Maria Cristina Castro de Vilhena Fragoso

ESTATUTOS DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO ESTEIRO

ARTIGO PRIMEIRO - DENOMINAÇÃO

A associação adota a denominação "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO", com o NIPC 513 523 618, é designada abreviadamente por C.M.E., é uma associação regionalista, de carácter local, sem fins lucrativos, sem qualquer orientação política ou religiosa, para a qual é transferido todo o património da "Comissão de Melhoramentos do Esteiro", sendo transferidos todos os ativos, dos quais faz parte o prédio urbano sob o artigo mil trezentos e quarenta e cinco e o prédio rústico sob o artigo oito mil duzentos e noventa e dois, ambos inscritos na matriz da freguesia de Janeiro de Baixo e concelho de Pampilhosa da Serra e ainda todos os restantes imóveis e todos os móveis e todo o passivo dessa "Comissão de Melhoramentos do Esteiro", que foi fundada em janeiro de mil novecentos e cinquenta e dois e que foi constituída como pessoa coletiva com o NIPC 900 261 250, por escritura pública de dezasseis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, exarada com início a folha quarenta e um verso do livro vinte e cinco-A do Cartório Notarial de Pampilhosa da Serra.

ARTIGO SEGUNDO - SEDE E DURAÇÃO

A sede da "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO" é na Casa de Convívio, património desta associação, no lugar de Esteiro, freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO - OBJECTO OU FINS

A "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO ESTEIRO-ASSOCIAÇÃO" tem como objecto:

promover melhorias para proporcionar o bem-estar dos seus habitantes e promover o seu interesse nas áreas do recreio, cultura, educação e desporto, para o que esta associação se propõe:

-promover a solidariedade ou a boa união entre os habitantes do Esteiro; esclarecer, informar e colaborar com os organismos oficiais, designadamente, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e todos os organismos locais, para que haja um melhor conhecimento das carências do Esteiro e diligenciar junto de todas as entidades oficiais, com as quais colaborará, para a resolução de problemas dos seus habitantes, sendo que todas as atividades que, no âmbito desta associação, sejam desenvolvidas e realizadas, são do interesse coletivo, de todos os seus associados, mesmo daqueles que nelas não participem. Para a realização dos seus fins, poderá estabelecer relações com outros organismos nacionais ou internacionais, com eles acordando todas as formas de cooperação.

ARTIGO QUARTO - PATRIMÓNIO

O património da C.M.E. é constituído pelos bens móveis ou imóveis, que esta associação adquira por qualquer meio, como seja por compra, por doações, legados ou deixas testamentárias, ou por quaisquer outras contribuições.

ARTIGO QUINTO- RECEITAS

Constituem receitas da associação:

- a) o valor das quotas anuais, de valor fixo para todos os associados da C.M.E., independentemente da idade, deliberado em assembleia geral e que é atualmente de cinco euros, sendo que os associados poderão, se quiserem, pagar um valor mais elevado;
- b) o valor das quotas extraordinárias, que poderá ser proposto pela Direção e deliberado em assembleia geral, que se destina ao desenvolvimento de atividades colectivas;
- c) os subsídios que lhe forem atribuídos;
- d) quaisquer outros donativos, provenientes de doações, deixas testamentárias ou legados.

ARTIGO SEXTO- DESPESAS

São despesas da C.M.E as que resultarem do exercício das suas atividades em cumprimento dos seus estatutos e do regulamento geral interno e as que resultarem de disposições legais.

ARTIGO SÉTIMO- CATEGORIAS DE ASSOCIADOS

1-Os associados classificam-se nas seguintes categorias:

Um-Efetivos, que são os associados existentes, ou que venham a associar-se pagando uma quota anual;

Dois- Beneméritos, que são todas as pessoas singulares ou coletivas que se destacarem por apoios à C.M.E;

2-A designação dos associados beneméritos é da competência da Assembleia-Geral.

ARTIGO OITAVO- ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

1-Podem ser associados efetivos da C.M.E todos os indivíduos, de qualquer idade e de qualquer sexo, interessados em participar no seu objeto e fins, e que a lei permita;

2-O associado efetivo entra no pleno gozo dos seus direitos após o preenchimento e assinatura da ficha de associado e o pagamento da quota anual estabelecida, e, nesse ato, ser-lhe-á entregue um exemplar dos estatutos e do regulamento geral interno da C.M.E e, posteriormente, o cartão de associado, sendo que o regulamento geral interno da C.M.E especificará os direitos e obrigações dos associados.

ARTIGO NONO -ORGÃOS SOCIAIS

1- São órgãos da C.M.E:

- a Assembleia-Geral

- a Direção

- o Conselho Fiscal

2- O mandato dos órgãos sociais eleitos da C.M.E é de dois anos.

ARTIGO DÉCIMO- ASSEMBLEIA GERAL

1- A Assembleia-Geral é a reunião de todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos, convocada nos termos da lei e dos estatutos da C.M.E

Doc. N.º 23

Libro N.º 133A

21/6/2015

Vigüera Bofo

Auditor, Ing.

2- A Mesa da Assembleia-Geral é composta por três elementos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário e compete-lhe dirigir os trabalhos da Assembleia - Geral, nos termos da lei, dos estatutos e do regulamento geral interno, sendo que o Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

3- Compete à Assembleia-Geral, nomeadamente :

- a) eleger de dois em dois anos a Direção, a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, mediante lista com os respetivos nomes;
- b) apreciar e resolver os assuntos para que tenha sido convocada;
- c) discutir e aprovar, até ao dia trinta e um de março de cada ano, o relatório e contas da Direção, com o parecer do Conselho Fiscal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO -DIREÇÃO

1- A Direção é constituída por três a cinco elementos, sendo um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário ou sendo um Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e dois Vogais.

2- A Direção é o órgão de gestão permanente da C.M.E e da orientação da sua atividade.

3- Compete à Direção:

- a) executar as deliberações da Assembleia-Geral;
- b) organizar e superintender a atividade da C.M.E;
- c) exercer as demais funções previstas na lei, nos presentes estatutos e no regulamento geral interno da C.M.E;
- d) elaborar os planos de atividades e os relatórios e contas que deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia-Geral até ao dia trinta e um de março de cada ano.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO-CONSELHO FISCAL

1- O Conselho Fiscal é composto por três elementos, sendo um Presidente, um Secretário e um Relator.

2- Compete ao Conselho Fiscal:

- a) dar parecer sobre os relatórios e contas anuais da Direção, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia-Geral;
- b) examinar e fiscalizar as contas, a escrita e demais documentos, e pronunciar-se sobre os mesmos perante a Assembleia Geral;
- c) exercer as demais competências previstas na lei, nos presentes estatutos e no regulamento geral interno da C.M.E.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO -FORMA DE OBRIGAR A ASSOCIAÇÃO

Para obrigar a Associação:

- a) nos seus atos e contratos, nomeadamente na abertura, cancelamento ou movimentação da sua conta bancária, são necessárias as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro da Direção;
- b) na emissão de cheques são necessárias as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro da Direção;
- c) na requisição e levantamento de cheques bastará uma das assinaturas que constem na conta bancária da C.M.E;
- d) nos atos de mero expediente bastará a assinatura do Presidente da Direção ou, na sua falta, a de qualquer outro membro da Direção mas neste caso só mediante conhecimento e autorização do seu Presidente.

Doc. N.º 23 718

Livro N.º 133A 13

21.6 / 2015

ARTIGO DÉCIMO QUARTO-DISSOLUÇÃO

1- A associação poderá dissolver-se por deliberação da Assembleia-Geral, convocada para o efeito nos termos da lei e do regulamento geral interno, mediante o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

2- Os bens da associação não poderão, em caso algum, ser distribuídos diretamente aos associados.

3- Em caso de dissolução será nomeada uma comissão administrativa, ou outra, votada em assembleia-geral dos associados, por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO- CASOS OMISSOS

No que nestes estatutos estiver omissos, vigoram as disposições do Código Civil, nomeadamente os seus artigos 157º e seguintes e ainda o regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração são da competência da Assembleia- Geral.

Em caso de discordância entre os estatutos, o regulamento geral interno e o Código Civil, prevalecerão sempre as disposições deste último.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO- REVOGAÇÃO DOS ANTERIORES ESTATUTOS

Com a aprovação destes estatutos, consideram-se automaticamente revogados todos os estatutos anteriores, entrando estes estatutos em vigor logo que seja realizada a respetiva escritura pública.

Sigfrido Santos Lobo

Presidente,

Maria Antónia Castro de Vilhena Freixo.